DECISÃO SINGULAR DSG - G.MCM - 10549/2018

PROCESSO TC/MS	:	TC/5937/2017
PROTOCOLO	:	1800687
ÓRGÃO	:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJU
ORDEN. DE DESPESAS	:	MAURILIO FERREIRA AZAMBUJA
CARGO DO ORDENADOR	:	PREFEITO MUNICIPAL
ASSUNTO DO PROCESSO	:	CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 20/2017
RELATOR	:	CONS. MARCIO MONTEIRO
CONTRATADA	:	NIP COMERCIAL LTDA – EPP
PROCED. LICITATÓRIO	:	CONVITE N.º 05/2017
OBJETO DA CONTRATAÇÃO	:	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE
VALOR DA CONTRATAÇÃO	:	R$ 78.814,15

CONTRATAÇÃO PÚBLICA. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE. EXECUÇÃO FINANCEIRA. REGULARIDADE.

Versam os presentes autos sobre o Contrato Administrativo n.º 20/2017, celebrado pela **Prefeitura Municipal de Maracaju** e ***NIP Comercial LTDA - EPP,*** objetivando a aquisição de materiais de expediente, com fornecimento parcelado, para serem utilizados em diversas Secretarias do Município de Maracaju/MS, com valor contratual no montante de R$ 78.814,15 (setenta e oito mil oitocentos e quatorze reais e quinze centavos).

Destaca-se que o procedimento licitatório, Convite n.º 05/2017 e a formalização do Contrato Administrativo n.º 20/2017, foram julgados regulares através da **Decisão Singular DSG - G.MCM. – 206/2018** (pp. 228/230)**.**

Nesta fase processual objetiva-se analisar a regularidade da execução financeira da reportada contratação pública (3ª fase).

Em razão da análise de toda documentação acostada, a Equipe Técnica da 6ª Inspetoria, por meio da sua Análise ANA – 6ICE – 19558/2018 (pp. 296/299), e o ilustre representante Ministerial, em seu Parecer PAR – 3ª PRC – 20213/2018 (p. 300), se manifestaram opinando pela ***regularidade*** e ***legalidade*** da execução do Contrato Administrativo (3ª fase).

Vieram os autos a esta Relatoria para Decisão.

É O RELATÓRIO.

Extrai-se do feito que os Órgãos de Apoio foram unânimes em se manifestar pela regularidade da execução financeira do contrato (3ª fase).

De fato, a liquidação da despesa, cujo resumo segue abaixo, exibe com clareza a similitude do total de notas de empenho válidas e total de pagamentos, demonstrando, assim, sua regularidade:

VALOR DO CONTRATO	R$	78.814,15
TOTAL DE NOTAS DE EMPENHO EMITIDAS	R$	78.814,15
TOTAL DE ANULAÇÃO DE NOTAS DE EMPENHO	R$	78.814,15
TOTAL DE NOTAS DE EMPENHO VÁLIDAS	R$	78.814,15
TOTAL DE COMPROVANTES DESPESAS EMITIDOS	R$	78.814,15
TOTAL DE ORDENS BANCÁRIAS EMITIDAS	R$	78.814,15

Ante o exposto, no exercício do juízo singular conferido pelo artigo 10, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal de Contas/MS, acompanhando o entendimento da Equipe Técnica da 6ª Inspetoria e do Ministério Público de Contas, **DECIDO** no sentido de**:**

1) Declarar a ***regularidade*** da execução financeira do Contrato Administrativo n.º 20/2017 **(3ª fase)**, nos termos do art. 120, inciso III, do Regimento Interno do TC/MS c/c artigo 59, I, da Lei Complementar n.º 160/12;

2) Comunicar o resultado do julgamento às autoridades administrativas competentes, com base no artigo 50, da Lei Complementar n.º 160/2012.

É a Decisão.

Nos termos do artigo 70, §2º, do Regimento Interno, **determino** a remessa destes autos ao Cartório para providências regimentais.

Campo Grande/MS, 05 de novembro de 2018.

MARCIO MONTEIRO
RELATOR

JPF